

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E GESTÃO

LICENCIATURA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Tema: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO FACILITADORA DO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÓMICO NA VILA DE ANCUABE: Caso do
Fundo de Investimento de Iniciativa Local (2009-2013)**

Alfredo Cardoso

Pemba, 22 de Dezembro de 2019

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E GESTÃO**

LICENCIATURA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administração Pública Como Facilitadora do Desenvolvimento Social e Económico na Vila de Ancuabe: Caso do Fundo de Investimento de Iniciativa Local (2009-2013)

A monografia científica entregue ao centro de recurso Administração Pública

Departamento de Ciências Sociais e Humanas, como requisito para obtenção do grau académico de licenciatura em Administração Pública.

O Candidato:

O Supervisor:

Pemba, 22 de Dezembro de 2019

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, **Alfredo Cardoso**, com identidade número 91160039, aluno do programa acadêmico de Licenciatura em Administração Pública do Instituto Superior de Ciências e Educação a Distancia, declaro que o conteúdo do trabalho intitulado: Administração Pública Como Facilitadora do Desenvolvimento Social e Económico na Vila de Ancuabe: Caso do Fundo de Investimento de Iniciativa Local (2009-2013), é reflexo de meu trabalho pessoal e manifesto que perante qualquer notificação de plágio, cópia ou falta em relação à fonte original, sou diretamente o responsável legal, econômica e administrativamente, isentando Orientador, a Universidade e as instituições que colaboraram com o desenvolvimento deste trabalho, assumindo as consequências derivadas de tais práticas.

Assinatura: _____

SUMÁRIO

O presente trabalho analisa o Fundo de Desenvolvimento Distrital no âmbito da criação de emprego e renda, especificamente no Distrito de Ancuabe (Província de Cabo Delgado) no período de 2009-2013, tomando como base a teoria funcionalista. Com efeito, o Fundo de desenvolvimento Distrital (FDD) surge no contexto do aprofundamento do quadro de descentralização de instrumentos de planificação e orçamentação vigentes no país. Em 2006, o Governo de Moçambique definiu que os distritos são o pólo de desenvolvimento e como base de planificação institucionalizou-se o orçamento de investimento de iniciativa local (OILL) que mais tarde passou a designar-se Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) isto em 2009, como sendo instrumento ou mecanismo de desenvolvimento das comunidades locais mediante a concessão de empréstimos reembolsáveis. Todavia o estudo constatou que o FDD melhorou os níveis de emprego e renda das comunidades do distrito, os beneficiários deste fundo conseguirão criar postos de emprego assim como dinamizaram a sua renda familiar, o mesmo constatou também que a participação das comunidades locais nos processos de tomada de decisão sobre a gestão do FDD é fraca ou quase inexistente, devido a fraca capacidade institucional e técnica da máquina administrativa local, incluindo o CCD e a ETD.

Palavras-chave: Descentralização, Desenvolvimento local, Emprego, Renda e Comunidades Locais.

Agradecimentos

A presente Monografia científica é o culminar de três anos repletos de aprendizagens, conhecimentos e competências adquiridas. Três anos que passaram “a correr”, três anos que com todo o orgulho e ambição vivi e que terminam com o objectivo principal concluído: ser licenciado em Administração Pública.

Em primeiro lugar agradeço e dedico todo este objectivo concluso aos meus Pais e Irmãos. Eles que sempre foram a minha principal fonte de força e motivação, que me souberam apoiar nos bons e maus momentos, que investiram horas de trabalho e de paciência para serem capazes de suportar este sonho que sempre tive. Obrigado do fundo do meu ser e que saibam que vos amo com todas as forças que tenho e que não tenho.

Seguidamente agradeço aos meus verdadeiros amigos, que conheci e me acompanharam durante a minha estadia no Instituto Superior de Ciências e Educação à Distância (ISCED). Sem as vossas palavras nos momentos certos, sem o vosso apoio, sem os nossos choros e risos nada disto teria sido possível.

Gostaria de dirigir também os meus agradecimentos a todos os elementos da secretaria Distrital – Relações Públicas que sempre se apresentaram com a maior disponibilidade, simpatia e que me acolheram e permitiram a realização desta pesquisa do projecto científico para que fosse possível adquirir e consolidar conhecimentos essenciais para o término da licenciatura e futuro ingresso no mercado de trabalho.

Sem o seu profissionalismo nada disto seria possível.

A todos um imenso Obrigado!

Dedicatória

Dedico esta monografia científica à meus pais, irmãos, minha mulher e amigos, por acreditarem na minha capacidade profissional e me dar todo o apoio emocional para o desenvolvimento

.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CCD	-----	Conselho Consultivo Distrital
CCL	-----	Conselho Consultivo Local
DNEAP	-----	Direcção Nacional de Estudos e Análises de Políticas
ETD	-----	Equipa Técnica Distrital
FDD	-----	Fundo de Desenvolvimento Distrital
INE	-----	Instituto Nacional de Estatística
INEFP	-----	Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional
IFTRAB	-----	Inquérito Integrado à Força de Trabalho
MPD	-----	Ministério de Planificação e Desenvolvimento
MF	-----	Ministério das Finanças
MAE	-----	Ministério da Administração Estatal
OILL	-----	Orçamento de Investimento de Iniciativa Local
NUIT	-----	Número Único de Identificação Tributária
PQG	-----	Plano Quinquenal do Governo
PEDD	-----	Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital.
PESOD	-----	Plano Económico-Social e Orçamento Distrital
PES	-----	Plano Económico e Social
PRE	-----	Programa de Reestruturação Económica
PROL	-----	Programa de Reforma dos Órgãos Locais

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Representação gráfica dos projectos e empregos criados-----43

Gráfico 2: Distribuição total dos projectos ao nível do Distrito-----44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Impacto sócio-económico do FDD em Ancuabe-----41

Tabela 2: Resumo global de projectos financiados por sectores-----45

Índice

CAPITULO I	12
1.1-INTRODUÇÃO.....	12
1.2-TEMA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	13
1.2.1-QUESTÕES ORIENTADORES DA PESQUISA	13
1.4-JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA.....	14
1.5- DELIMITAÇÃO DO TEMA	14
1.2-OBJECTIVOS	15
1.2.1- OBJECTIVO GERAL	15
1.2.2-OBJECTIVOS ESPECÍFICOS.....	15
1.3- HIPÓTESES	15
CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA	16
2.1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.2. FUNDAMENTAÇÃO EMPÍRICA	19
CAPÍTULO III:.....	22
3.1-METODOLOGIA.....	22
3.1.1-DO PONTO DE VISTA DA FORMA DE ABORDAGEM DO PROBLEMA.....	22
3.1.2- DO PONTO DE VISTA DE SUA NATUREZA	22
3.1.3- DO PONTO DE VISTA DE SEUS OBJECTIVOS	23
3.1.4-DO PONTO DE VISTA DOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS	23
3.2-MÉTODOS DE PESQUISA.....	23
3.2.1-MÉTODO DE ABORDAGEM	23
3.2.2- MÉTODO DE PROCEDIMENTO.....	24
3.2.2.1. A COLECTA DE DADOS	24
3.2.2.1.1. TIPO DE DADO.....	24
3.2.2.1.2- VANTAGENS E DESVANTAGENS DE USAR DADOS PRIMÁRIOS	24
3.2.2.1.3- VANTAGENS E DESVANTAGENS DE USAR DADOS SECUNDÁRIOS.....	24
3.3-TÉCNICAS DE COLECTA DE DADOS	25
3.3.3-A TÉCNICA DE ENTREVISTA	28
3.3.4-A ENTREVISTA DIRIGIDA.....	28
3.3.6- PESQUISA DOCUMENTAL	29
3.4-AMOSTRAGEM.....	29

3.4.1- AMOSTRAS NÃO PROBABILÍSTICA	30
3.4.2 -AMOSTRAS PROBABILÍSTICAS.....	30
3.5- TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS	30
3.4.2.1-ANÁLISE DESCRITIVA	30
CAPITULO VII:	50
7.1-REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	50
Apêndices.....	51
O Pesquisador: Alfredo Cardoso.....	52

CAPITULO I

1.1-INTRODUÇÃO

A pesquisa desta monografia científica tem o objectivo de apresentar o tema Administração Pública Como Facilitadora do Desenvolvimento Social e Económico na Vila de Ancuabe: Caso do Fundo de Investimento de Iniciativa Local (2009-2013). A presente pesquisa procura analisar o contributo do Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD) para a promoção de acções de democratização da política pública e da cidadania bem como para o fortalecimento da participação comunitária ao nível do distrito de Ancuabe.

A Monografia científica está centrada na participação, que se encontra hoje em dia no centro de todo o processo democrático e dos esforços e exigências da reforma do Sector Público. Tem, no entanto, como plano de fundo a problemática das Políticas e, no caso vertente, olhados na perspectiva do Fundo Distrital de Desenvolvimento, encarado como factor de concretização da descentralização e de democratização ao nível local.

Procura entender a problemática através da compreensão dos mecanismos de atribuição do Fundo Distrital de Desenvolvimento, analisando se contribui para a democratização da política pública, medindo por conseguinte o nível de participação da comunidade em todas as etapas de funcionamento do Fundo Distrital de Desenvolvimento. .

O Fundo Distrital de Desenvolvimento, é sob ponto de vista económico (na relação crédito, lucro e reposição), como acontece com muitos estudos ligados a este tema, mas sim sob ponto de vista de uma política pública capaz de contribuir na democratização e participação da comunidade.

Nesta verdade, pretendem analisar até que ponto o Fundo Distrital de Desenvolvimento estimula a participação consciente e legítima da sociedade, na construção e no exercício permanente da cidadania. Procuramos também saber se o processo de atribuição do Fundo Distrital de Desenvolvimento obedece aos mecanismos participativos e de prestação de contas às comunidades desde, o processo de selecção das propostas, avaliação da elegibilidade, sustentabilidade e implementação dos projectos.

A lei n° 8/2003, de 19 de Maio, bem como o regulamento aprovado pelo Decreto n° 11/2005, de 10 de Junho, estabelece que o Distrito é a base de planificação do desenvolvimento económico, social e cultural da República de Moçambique e tem enquadramento na política do governo, dado que o mesmo é o pólo de desenvolvimento, fundamentando - se pelo facto da maior parte da população nacional residem nos distritos, os recursos naturais estão no distrito, todas as acções do desenvolvimento programadas a qualquer nível realizam - se no distrito, é a zona rural onde se registam maiores índices da pobreza.

O Fundo de Desenvolvimento Distrital é resultado do processo de descentralização de instrumentos de planificação e orçamentação com vista ao envolvimento das populações ao nível local e tem a cobertura da Lei n° 8/2003 e do Decreto n° 11/2005. Assim entende - se que o FDD reforça o princípio do distrito como a base do desenvolvimento, na medida em que, pretende afectar recursos para a produção de alimentos, criação de emprego e geração de renda, de forma a contribuir para o combate à pobreza no país.

1.2-TEMA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Com vista a materialização dos objectivos do governo orientados para o desenvolvimento do distrito surge neste contexto o FDD, no quadro de descentralização de instrumentos de planificação e orçamentação vigentes no país, tomando por base a lei n° 8/2003, de 19 de Maio.

A luta pela criação de emprego tem em vista a redução dos índices de pobreza prevaletentes entre as populações. Este exercício é levado a cabo maioritariamente por políticas de combate a pobreza, visto que a falta de emprego está associada a pobreza, dado que em termos gerais uma pessoa sem emprego e ao mesmo tempo desprovida de rendimentos torna-lhe difícil custear necessidades básicas como alimentação, vestuário, habitação, saúde e educação.

1.2.1-QUESTÕES ORIENTADORES DA PESQUISA

A presente monografia científica, toma as seguintes questões de partida:

- ✚ Até que ponto o Fundo de Desenvolvimento Distrital pode melhorar os níveis de emprego e renda nas comunidades locais do Distrito de Ancuabe?

- ✚ Em que medida os níveis de participação da comunidade local nos processos de tomada de decisão sobre a gestão do FDD, pode reforçar a capacidade dos órgãos locais do Estado?

1.4-JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA

O Fundo de Desenvolvimento Distrital faz parte do processo de transferências intergovernamentais que suscita um debate teórico e tem sido privilegiado por vários autores, agências nacionais e internacionais de desenvolvimento. É um orçamento pelo qual Moçambicanos de diferentes regiões distritais do país podem ter acesso, criando deste modo oportunidade para a criação de projectos de desenvolvimento local, aumento da renda familiar e redução significativa da pobreza no seio das comunidades.

Entretanto torna - se necessário compreender o processo da operacionalização do FDD ao nível dos distritos tomando em conta o seu desenho, tendo por base a capacidade e os procedimentos adoptados pelos distritos na prossecução dos seus objectivos.

Este, é relevante do ponto de vista social e científico. Na parte social procura perceber os grandes problemas a nível da gestão do FDD, problemas que têm sido reportados ao nível da comunicação social a partir da máquina administrativa do próprio distrito até ao nível central.

Do ponto de vista científico/ académico constitui um avanço ou contribuição para a compreensão da questão da descentralização, principalmente na parte dos fundos que tem sido alocados ao nível central até ao nível distrital para o seu desenvolvimento.

A demais, a escolha do Distrito de Ancuabe deve-se a aproximação do local de estudo na qual permitiu o uso racional dos recursos, deve-se também pelas potencialidades que o mesmo apresenta, principalmente em termos económicos e geográficos.

1.5- DELIMITAÇÃO DO TEMA

O processo de alocação de fundos tendo em vista ao financiamento de projectos de iniciativa privada aos distritos ganhou mas ênfase em 2006 com a institucionalização do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OILL), que mais tarde passou a designar – se Fundo de

Desenvolvimento Distrital (FDD) isto em 2009, como sendo instrumento ou mecanismo de desenvolvimento das comunidades locais mediante a concessão de empréstimos reembolsáveis. O objecto de estudo do presente projecto é o Distrito de Ancuabe no intervalo de 2009 à 2013.

1.2-OBJECTIVOS

1.2.1- OBJECTIVO GERAL

- ❖ Analisar o Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) na criação de emprego e a renda, no distrito de Ancuabe.

1.2.2-OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar o impacto de implementação do FDD ao nível do distrito;
- Compreender os critérios adoptados para atribuição do FDD.
- Avaliar o impacto sócio- económico do FDD ao nível do Distrito.

1.3- HIPÓTESES

Para se dar resposta à questão exposta no problema toma- se as seguintes hipóteses:

H1. O FDD é um instrumento concebido pelo governo central, cujo os seus objectivos devem ser materializados para não comprometer os recursos para os fins por qual foram criados.

H2. O FDD aumenta as condições de vida das comunidades, assim como também cria o emprego e dinamiza a renda.

CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA

2.1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresentar-se a linha teórica de orientação do estudo, os conceitos essenciais, a revisão da literatura relacionada com os aspectos sobre o processo de desconcentração e/ou descentralização, apresentar-se-á o processo de descentralização e do emprego em Moçambique, a definição da amostra, a estrutura do trabalho e as limitações do estudo.

Para perceber a análise do Fundo de Desenvolvimento Distrital na criação de Emprego e Renda para a comunidades do Distrito de Ancuabe, toma-se como base a teoria Funcionalista.

Segundo Morreira (1997) o Funcionalismo preconiza a análise da articulação entre diferentes actores e intervenientes na prossecução dos objectivos da organização. Os agentes envolvidos no processo de tomada de decisão ao nível da organização devem interagir de acordo com as regras existentes dentro da organização.

A este respeito para Valá (2009:15), o Fundo de Desenvolvimento Distrital é um factor preponderante de mitigação e de capacidade de resposta numa perspectiva desenvolvimentista, com ênfase para o meio rural. Com base na perspectiva funcionalista, a desconcentração e a própria planificação descentralizada contribuem de forma significativa para o desenvolvimento local o aumento da capacidade de resposta do estado às diversas necessidades apresentadas aos níveis mais baixos da sua administração. De acordo com os objectivos deste estudo, torna - se indispensável a definição dos seguintes conceitos: FDD, Emprego, Renda, Descentralização, Desenvolvimento, Desenvolvimento local, Planificação Participativa, e Concelho Consultivo Distrital.

O Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) é uma dotação orçamental de âmbito distrital destinada a apoiar prioritariamente as pessoas pobres, economicamente activas, sem possibilidade de acesso ao crédito no sistema financeiro formal. (Cip, 2011).

De acordo com o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Distrital, Capitulo I, artigo I, o FDD é uma instituição pública dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira, funciona em cada distrito do país junto do governo Distrital. O Fundo de

Desenvolvimento Distrital destina-se a captação e gestão de recursos financeiros visando impulsionar o desenvolvimento e o empreendedorismo na satisfação das necessidades básicas das comunidades locais, mediante a concessão de empréstimos reembolsáveis. (Decreto nº 90/2009 de 15 de Dezembro).

Na óptica do INE (2006:23) através do inquérito de força de trabalho (IFT) , o conceito Emprego está ligado a ocupação, que é definido como o conjunto de funções e tarefas que desempenha um individuo no seu emprego ou local onde exerce a sua actividade económica, independentemente do ramo de actividade. A conotação moderna do termo emprego reflecte a relação entre o individuo e a organização onde uma tarefa produtiva é realizada, pela qual aquele recebe rendimentos, e cujos bens ou serviços são passíveis de transacções no mercado (Souza,1986:26).

Portanto o emprego é um fenómeno da modernidade, visto que em tempo anterior ao advento da sociedade centrada no mercado, não era o critério principal para definir a significação social do individuo, e nos contextos pré-industriais as pessoas produziam e tinham ocupações sem serem necessariamente detentoras de emprego. Na sociedade centrada no mercado nos nossos dias, como já foi dito antes, o emprego passa a ser o critério que define a significação social dos indivíduos.

Com o estabelecimento da divisão do trabalho, o homem vive numa base de troca, isso lhe garante, por meio do exercício do emprego, os bens e serviços de que necessita, pois recebe em troca um salário com o qual compra o que é necessário para sobreviver, ou pelo menos, o que seja possível adquirir para viver.

Entende-se por Renda, à remuneração paga aos factores produtivos (terra, trabalho de capital) pela sua participação no processo produtivo. Segundo Guimarães (2000), a discussão sobre a descentralização é um processo complexo, multifacetado e geralmente gradual, estando presente em vários campos disciplinares.

No seu sentido lato, a descentralização é a transferência de funções, responsabilidades, e as vezes do poder, dos escalões superiores do Estado para os escalões inferiores, dentro da cadeia de governação.

Para Faria & Chichava (1999:5) a descentralização pode ser definida como a organização das actividades da administração central fora do aparelho do aparelho do governo central, através de duas medidas:

- (i) Administrativas e fiscais que permitem a transferência de responsabilidades e recursos para agentes criados pelos órgãos da administração central;
- (ii) Políticas que permitem a atribuição pelo governo central, poderes, responsabilidades e recursos específicos para autoridades locais.

Neste caso, quando a descentralização não implica a definitiva transferência de autoridade, o poder de decisão, recursos, funções e património, para os órgãos subordinados da administração central, pode comprometer o desenvolvimento económico local.

Desenvolvimento é um processo complexo que engloba aspectos económicos, sociológicos, psicológicos e políticos da vida em sociedade. Neste caso, a existência de crescimento económico não conduz nem se confunde com o desenvolvimento, na medida em que o ultimo exige a transformação profunda das estruturas económicas e sociais. Por seu turno, o desenvolvimento deve ser entendido como um progresso económico da sociedade como um todo (Diniz, 2006).

Segundo o MPD (2007), o desenvolvimento é um processo que consiste na transformação do fraco em forte ou do improdutivo ao produtivo com vista a gerar progresso, crescimento e expansão da economia. Por outras palavras pode-se entender o desenvolvimento como um processo de melhoria das condições de vida, de trabalho, de lazer, em fim, do bem-estar das comunidades que habitam uma determinada área.

2.2. FUNDAMENTAÇÃO EMPÍRICA

Para Forquilha (2010), a iniciativa “7 Milhões” é um instrumento formal criado pelo Estado para atingir objectivos patentes em documentos estratégicos formais para a redução da pobreza, redução de assimetrias regionais, promover a participação activa dos cidadãos, etc. Entretanto, informalmente, os “7 Milhões” são um instrumento na mão do governo, representado pelo partido no poder, para conquistar espaço político, redistribuir rendimentos para os membros, indivíduos e grupos de cidadãos leais ou que se identifiquem com a sua causa. E, as consequências de um Estado com essas características são a exclusão social, económica e política e o controlo do poder político e económico e dos recursos pelas elites e pelo partido no poder, pois o critério de pertença ao partido é o que mais domina para a participação e emancipação dos cidadãos, quer politicamente quer economicamente.

Desse modo, criam-se as condições de um Estado legitimado por alguns mas sem mérito, onde se promove o clientelismo, marginalização da maioria da população, nepotismo, corrupção.

Vaz (2009) corrobora, argumentando que os “7 Milhões”, com o propósito de tornar o distrito como o centro da planificação e orçamentação e as presidências abertas promovidas pelo governo de Armando Guebuza, reflectem um esforço para beneficiar mais as elites locais e servidores do Estado, ligadas ou não ao partido no poder, e aumentar o poder e a legitimidade do Presidente Armando Guebuza para controlar e punir os níveis mais baixos da pirâmide de poder.

A filosofia, directrizes e motivação da iniciativa não estiveram sempre claras para os beneficiários nem para os técnicos e funcionários seniores do Estado. Por exemplo, em 2006, cada distrito usou os “7 Milhões” para financiar a construção de infra-estruturas distritais como postos policiais, casas de funcionários públicos nos distritos, pontes, unidades sanitárias, escolas, armazéns, represas e diques de irrigação, entre outras infra-estruturas públicas, de acordo com as prioridades distritais, em parte como forma de materializar o Plano Económico e Social e o Orçamento Distrital (PESOD). (Rafael, 2008)

O uso dos “7 Milhões” para a construção de infra-estruturas públicas no distrito gerou uma polémica no seio do governo, nos beneficiários e na sociedade em geral. O governo central

acusava as administrações distritais de terem feito um “desvio de fundos” para financiar infra-estruturas públicas em vez de actividades produtivas privadas.

Por outro lado, as administrações distritais argumentavam que o foco do investimento em infra-estruturas públicas era vital para a dinamização dos distritos e para a redução da pobreza e, por isso, prioritário. Em adição, os distritos argumentavam que as orientações, instruções e directrizes sobre a utilização dos fundos do “7 Milhões” não estavam claras, o que dava espaço para os CCD e administradores distritais decidirem sobre as prioridades locais. (Forquilha, 2010).

De facto, a posição do governo nesta altura, que criticava o uso do OIIL para financiar as iniciativas locais das administrações distritais (infra-estruturas sociais, económicas e públicas) entrava em contradição com as Orientações Metodológicas emitidas pelo Gabinete do Ministro das Finanças através do Ofício nº 101/GM/MF/2006 datado de 12 de Maio de 2006, que ilustram parcialmente a fonte da confusão sobre a aplicação dos fundos.

Este ofício diz claramente que os fundos deviam ser direccionados para: (i) infra-estruturas socioeconómicas *“de interesse público cuja intervenção pode em grande medida ter resposta ao nível local privilegiando-se o envolvimento de empreiteiros e artesãos locais”* e; (ii) actividades de promoção de desenvolvimento local de impacto no combate à pobreza.

Em resposta às fraquezas conceptuais e conflito de orientações acerca dos “7 Milhões”, modificações importantes foram introduzidas mesmo a partir de finais de 2006. Primeiro, foram estabelecidos critérios de diferenciação na alocação de recursos aos distritos, a partir do OE de 2007, que se baseiam na (i) densidade populacional (com peso de 35%), (ii) índice de pobreza distrital (com peso de 30%), (iii) extensão territorial do distrito (com peso de 20%) e (iv) capacidade de colecta de receitas fiscais (com peso de 15%) (MPD, 2009b).

Segundo, foram clarificados os objectivos e tipos de acções e actividades que devem ser financiados com os fundos dos “7 Milhões”: produção de comida e geração de renda em

actividades de pequena escala levadas a cabo por famílias pobres, individualmente ou em forma de associação.

Terceiro, o orçamento distrital foi reforçado em 2,3 milhões de meticais para financiar investimento em infra-estruturas públicas (desde 2009 o valor atingiu cerca de 2,5 milhões de meticais). Quarto, estão a ser criados continuamente instrumentos reguladores para facilitar e institucionalizar os mecanismos de monitoria do processo de execução deste orçamento. Em 2009, foi publicado o Guião sobre a organização e funcionamento dos conselhos locais¹⁰ e as Direcções Provinciais do Plano e Finanças (DPPF) receberam os instrumentos reguladores, nomeadamente: (i) modelo de contrato de empréstimo, (ii) modelo de ficha de identificação do projecto, (iii) modelo de ficha de análise do projecto, (iv) modelo de ficha de acompanhamento do projecto e (v) modelo de ficha resumo/progresso do projecto. (MPD, 2009).

Em finais de 2009, o OIIL foi transformado em Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD), com personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira, gerido localmente. O FDD é tutelado pelo Governador provincial que homologa os planos e relatórios de actividades, autoriza a recepção de donativos e abertura de contas e realiza inspecções regulares. A execução das actividades do FDD é da responsabilidade dos CCD. Assim, o FDD pode recorrer aos reembolsos, às subvenções do Estado, donativos e fundos comunitários para dar crédito às pessoas pobres (Conselho de Ministros, 2009).

As micro, pequenas e médias empresas (PMEs) têm um papel importante nos “7 Milhões” como sugere Valá (2009):

(...) uma aposta estratégica e decisiva nas PMEs é a primeira grande mudança que se impõe... As micro e PMEs são o motor da nossa economia, constituem uma das principais fontes das nossas exportações, contribuem decisivamente para a criação da riqueza e geram um elevado número de postos de trabalho.

CAPÍTULO III:

3.1-METODOLOGIA

Esta monografia científico esta orientado por princípios que possibilitam o alcance dos objectivos pré-definidos, e a metodologia é um instrumento fundamental na orientação do trabalho do género. Portanto neste capítulo apresentamos o conjunto de procedimentos metodológicos que tornaram possível a elaboração do presente estudo desde o método de abordagem, método de procedimento, técnica de recolha de dados, e o tipo de pesquisa.

O tipo de pesquisa desenvolvido foi quantitativa que segundo Mattar (2001) citado por De Oliveira (2011) esta busca a validação das hipóteses mediante a utilização de dados estruturados, estatísticos, com análise de um grande número de casos representativos, recomendando um curso final de acção. Ela quantifica os dados e generaliza os resultados da amostra para os interessados. O método qualitativo foi utilizado em virtude da qualificação do universo estudado por meio de abordagens que envolvem a percepção da atitude, comportamento, ambiente nos quais os agentes públicos estão inseridos e que por este ângulo constituem aspectos qualitativos. Confirmando este ponto de vista, Ludke e André (1986, p.11) afirmam que “os métodos qualitativos mostram que a preocupação central é compreender o objeto estudado como único e que representa uma realidade singular, multidimensional e historicamente situada”.

3.1.1-DO PONTO DE VISTA DA FORMA DE ABORDAGEM DO PROBLEMA

Este estudo orientou-se pelo método dedutivo. Segundo Marconi & Lakatos (2009) a dedução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados gerais, suficientemente constatados, infere-se uma verdade particular. Por tanto, todo argumento dedutivo, reformula ou enuncia de modo explícito a informação contida nas partes examinadas, isto é aproximação dos 5 fenómenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares.

3.1.2- DO PONTO DE VISTA DE SUA NATUREZA

Pesquisa é um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que têm por base procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é realizada quando se tem um problema e não se tem informações para solucioná-lo.

3.1.3- DO PONTO DE VISTA DE SEUS OBJECTIVOS

3.1.4-DO PONTO DE VISTA DOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

A pesquisa procedeu com base no método do projecto, que consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações. A sua a investigação deve se ter em conta a examinar o tema escolhido, observando todos os factores que o influenciam e analisando-o em todos os seus aspectos (Ibidem).

3.2-MÉTODOS DE PESQUISA

O método que sera usado é da escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e a explicação de fenômenos. Esses procedimentos se assemelham ao método científico que consiste em delimitar um problema, realizar observações e interpretá-las com base nas relações encontradas, fundamentando-se nas teorias existente.

3.3-O MÉTODO QUANTITATIVO E QUALITATIVO

O metodo quantiativo foi usado a intenção de garantir a precisão dos resultados, com o objetivo de evitar distorções de análise de interpretações. O método qualitativo se justifica por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno.

Também foi utilizado em virtude da qualificação do universo estudado por meio de abordagens que envolvem a percepção da atitude, comportamento, ambiente nos quais os agentes públicos estão inseridos e que por este ângulo constituem aspectos qualitativos. Confirmando este ponto de vista, Ludke e André (1986, p.11)

3.2.1-MÉTODO DE ABORDAGEM

Este estudo orientou-se pelo método dedutivo. Segundo Marconi & Lakatos (2009) a dedução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados gerais, suficientemente constatados, infere-se uma verdade particular. Por tanto, todo argumento dedutivo, reformula ou enuncia de modo explícito a informação contida nas partes examinadas, isto é aproximação dos 5

fenómenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares.

3.2.2- MÉTODO DE PROCEDIMENTO

A pesquisa procedeu com base no método do projecto científico, que consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações. A sua a investigação deve se ter em conta a examinar o tema escolhido, observando todos os factores que o influenciam e analisando-o em todos os seus aspectos .

3.2.2.1. A COLECTA DE DADOS

3.2.2.1.1. TIPO DE DADO

O VisuAlg prevê quatro tipos de dados: inteiro, real, cadeia de caracteres e lógico (ou *booleano*). As palavras-chave que os definem são as seguintes (observe que elas não têm acentuação):

- lógico: define variáveis do tipo *booleano*, ou seja, com valor questionários.

3.2.2.1.2- VANTAGENS E DESVANTAGENS DE USAR DADOS PRIMÁRIOS

Precisam ser separados, refinados e trabalhados para depois sofrerem a extração de informações. Os dados primários são retirados do banco de dados interno da empresa, são informações como vendas, horário de vendas, itens que foram comprados, características dos clientes e informações econômicas como preços, fornecedores e concorrência.

3.2.2.1.3- VANTAGENS E DESVANTAGENS DE USAR DADOS SECUNDÁRIOS

Os dados secundários, podem suprir determinada questão, desde que possuam dados consideráveis para fundamentar uma tomada de decisão.

A coleta de dados, através de dados secundários, tem pontos positivos e negativos ou vantagens e desvantagens. A vantagem é que o seu custo é mais econômico e há maior facilidade de conseguir tais dados. Porém, são menos confiáveis. Uma das razões é a sua data de coleta. Visto que determinados dados exigem atualizações contínuas.

Os levantamentos em fontes secundários é um dos métodos utilizados na pesquisa exploratória. A pesquisa exploratória tem como finalidade reunir dados preliminares para elucidar de forma mais completa a natureza real de problema e sugerir possíveis hipóteses ou novas ideias.

3.3-TÉCNICAS DE COLECTA DE DADOS

Para uma boa sustentação das informações da pesquisa são usadas algumas técnicas que serve para a colecta de dados, como: a observação directa, entrevista e questionário.

A técnica documental é referente ao recurso às fontes primárias e fontes secundárias, sendo que das primárias fazem parte os arquivos públicos e particulares, as estatísticas oficiais, censos, etc. as secundárias englobam as obras e trabalhos elaborados, jornais, revistas e outros (Lakatos e Marconi, 1999)

Por sua vez a entrevista dirigida aos funcionários, residentes, membros do CCD/CCL, após a elaboração do questionário que visa o levantamento de dados através de perguntas escritas, cujas respostas são fornecidas pelo pesquisado com contacto directo com o investigador. Neste contexto arrolamos os funcionários do governo distrital, os membros do concelho consultivo distrital, beneficiários do FDD, líderes comunitários e residentes de Ancuabe.

3.3.1- A OBSERVAÇÃO DIRECTA

Tempo necessário para a observação directa depende muito das necessidades da pesquisa e das pessoas e comunidades que estão sendo observadas. Um nível maior de retalhamento provavelmente exige mais tempo.

Um caderno de notações das questões mais importantes podem ser útil para registar as discussões e actividades, mas requer o consentimento prévio das pessoas que estão sendo observadas da forma mais precisa e objectiva possível. A abordagem a seguir é um exemplo geral que pode ser adaptado para atender ao contexto local, às visões das análises locais e aos objectivos da pesquisa da monografia científica.

Os métodos para a selecção dos sujeitos/objectos da observação directa é variado e dependeu das necessidades e da finalidade da pesquisa. Pode acontecer que apenas indivíduos específicos em

uma comunidade devam ser observados, ou então que todas as interacções e actividades das pessoas em um local específico devam ser observadas.

Neste contexto requer que se tenha acesso ao ambiente e, portanto, implica a obtenção da permissão necessária e apropriada. O princípio do ‘consentimento informado’ é crucial quando se usam métodos de observação directa.

Também pode ser necessário obter-se a permissão de pessoas que não estejam sendo directamente observadas. Por exemplo, pessoas na mesma localidade ou área, ou autoridades cuja permissão seja necessária para que o observador actue em uma determinada área. Em alguns casos, a permissão pode não ser formalmente necessária, mas seria apropriado obtê-la de pessoas como líderes comunitários ou membros mais antigos da instituição.

Certifique-se de que as pessoas entendam e se sentem à vontade com a observação e que quaisquer questões de sigilo sejam discutidas. Estabelecer uma empatia é muito importante, uma vez que a presença dos observadores podem gerar ansiedade nas pessoas que estão sendo observadas.

Na observação directa, o observador não se envolveu na situação que está sendo observada ou avaliada. O observador simplesmente registou o que é visto ou ouvido, o que pode ser feito por um ou mais dos seguintes meios:

- Guias de observação, com espaços para o registo das observações;
- Folhas de registo ou listas de verificação para registar as observações (ex: opções sim/não ou escalas de pontuação para indicar a extensão ou a qualidade de algo);
- Notas de campo que registarem as observações em estilo narrativo/descritivo, na medida em que estas ocorrerem;
- Imagens registadas por fotógrafos e/ou em vídeo (particularmente útil em actividades essencialmente físicas).

As categorias depende do uso que se pretende para os dados: categorias amplas, gerais, pode ser úteis em alguns contextos, e categorias restritas, detalhadas, em outros.

Quando há mais de um observador, a observação mais estruturada permite reduzir a subjectividade, o que torna as comparações mais válidas. As folhas de anotação devem listar tudo o que deve ser observado e conter espaço para o registo das observações. Elas ajudam a padronizar o processo de observação e permitir uma melhor agregação de dados. Certifique-se de que todos os itens importantes sejam cobertos mas, ao mesmo tempo, mantenha os formulários o mais simples possível e forneça espaço suficiente para o registo de observações adicionais para as quais não foram definidas categorias de respostas. Verifique se todos os observadores sabem o que estão registando e conhecem os critérios a serem empregados.

Certifique-se de que o tempo da observação é adequado tanto às necessidades da pesquisa quanto às pessoas que estão sendo observadas. Por exemplo, uma análise inexacta ocorre se instituições de crédito forem observadas fora da estação de plantio, quando recebem um número menor de solicitações de empréstimos de agricultores para a aquisição de insumos agrícolas. As pessoas também seguem rotinas, e os períodos de observação devem reflecti-las adequadamente. A duração dos períodos de observação também deve ser considerada. Os observadores devem estar em condições de se concentrar e necessitar de intervalos regulares para manter o alto nível de concentração necessário.

3.3.2-ENTREVISTA

Para Locke (2012), A conversa entre duas ou mais pessoas-entrevistador e o entrevistado, onde perguntas são feitas pelo entrevistador de modo a obter informação necessária por parte do entrevistado. Os repórteres entrevistam as suas fontes para obter destas declarações que validem as informações apuradas ou que relatem situações vividas por personagens.

Segundo Hobbes (2014), antes de ir para a rua, o repórter recebe uma pauta que contém informações que o ajudou a construir a matéria. Além das informações, a pauta sugere o enfoque a ser trabalhado assim como as fontes a serem entrevistadas. Antes da entrevista o repórter costuma reunir o máximo de informações disponíveis sobre o assunto a ser abordado e sobre as pessoas que são entrevistadas.

Munido deste material, ele formula perguntas que levem o entrevistado a fornecer informações novas e relevantes. O repórter também deve ser perspicaz para perceber se o entrevistado mente ou manipula dados nas suas respostas, fato que costuma acontecer principalmente com as fontes oficiais do tema (Hobbes-2014).

3.3.3-A TÉCNICA DE ENTREVISTA

Segundo Quivy e Campenhoudt (1995), aplicação dos processos fundamentais de comunicação que quando são correctamente utilizados permitem ao investigador retirar das suas entrevistas elementos de reflexão muito ricos.

Nos métodos de entrevista, contrariamente ao inquérito por questionário, há um contacto directo entre o investigador e os seus interlocutores. Esta troca permite o interlocutor do investigador exprimir as suas ideias, enquanto o investigador, através das suas perguntas, facilita essa expressão e não deixa-la fugir dos objectivos de investigação, cabendo também ao investigador trazer elementos de análise tão fecundos quanto possível segundo Quivy (1995).

No âmbito da análise de histórias de vida, o método de entrevista é extremamente aprofundado e detalhado com muitos poucos interlocutores, o que leva a que as entrevistas sejam divididas em várias sessões.

3.3.4-A ENTREVISTA DIRIGIDA

Tem como objectivo analisar uma experiência que o entrevistado tenha vivido ou assistido. O entrevistador não dispõe de nenhuma guia com perguntas preestabelecidas, mas sim de uma lista de tópicos relativos ao tema estudado que são necessariamente abordados ao longo da entrevista com o desenrolar da conversa segundo Quivy (1995).

3.3.5-QUESTIONÁRIO

O questionário foram perguntas que se fez para obter informações com algum objectivo em concreto. Existem diversos estilos e formatos de questionários, dependendo da finalidade específica de cada um. Sendo assim, nesta monografia foram abertas. O interrogado respondeu com suas próprias palavras e, por isso, foram difíceis de tabular e analisar.

3.3.6- PESQUISA DOCUMENTAL

O primeiro passo esta feito a pesquisa do tipo documental e, foi uma selecção bibliográfica. Ou seja, para se fazer uma pesquisa, precisa de uma série de livros, onde são baseadas suas pesquisas. Além disso, uso de artigos, sites, e qualquer fonte que desejar.

o material base para a pesquisa do tipo documental pode ser bem amplo, e ainda pode sofrer modificações de acordo com a necessidade da pesquisa. Por isso é um método um pouco mais comum que a Pesquisa Bibliográfica. Também por aceitar um acervo mais amplo de materiais fonte segundo Don Smith (1976).

De qualquer forma, uma pesquisa sempre necessita de dados para ser feita. Você pode ver que uma pesquisa bibliográfica, por exemplo, usa as mais diversas fontes teóricas possíveis. Seguindo essa linha, a pesquisa documental usa como base, obviamente, documentos para o trabalhosegundoDon Smith (1976).

3.4-AMOSTRAGEM

Em estatística e metodologia da pesquisa quantitativa, uma amostra foi um conjunto de dados coletados e/ou selecionados de uma população estatística por um procedimento definido. Os elementos de uma amostra são conhecidos como pontos amostrais, unidades amostrais ou observações.

Tipicamente, a população é muito grande, portanto fazer um censo ou uma enumeração completa de todos os valores na população é pouco prático ou impossível. A amostra geralmente representa um subconjunto de tamanho manejável. Amostras são coletadas e estatísticas são calculadas a partir das amostras, de modo que se possam fazer inferências ou extrapolações da amostra à população.

A amostra de dados foi retirada de uma população "sem reposição" (nenhum elemento pode ser selecionado mais de uma vez na mesma amostra), no caso em que a amostra é um subconjunto de uma população, ou "com reposição" (um elemento pode aparecer múltiplas vezes em uma amostra), no caso em que a amostra é um multissubconjunto.

3.4.1- AMOSTRAS NÃO PROBABILÍSTICA

As amostragens não probabilísticas serviu para sondagens sem propósitos inferenciais, nestes casos, os processos que envolveu comparações estatísticas que usaram cálculos científicos não são válidos. Os processos de amostragem não probabilísticos são:

- ❖ Amostragem de voluntários: É quando os próprios componentes da população se voluntariam para participar de uma pesquisa.
- ❖ Amostragem por bola de neve: escolhem-se voluntários e estes indicam "conhecidos" com o mesmo perfil para responder entrevistas ou questionário e assim sucessivamente. Formam-se redes de referência.
- ❖ Amostragem por quotas. Consiste em buscar repetir a proporção de elementos de cada estrato da população, na amostragem por cotas os elementos da amostra não são selecionados através de sorteio.
- ❖ Amostragem por escolha racional. É quando o pesquisador busca na população uma parte dela que interessa, ou seja, os participantes são escolhidos por terem uma ou mais características específicas.
- ❖ Amostragem acidental

3.4.2 -AMOSTRAS PROBABILÍSTICAS

Considerou uma amostragem probabilística sempre que as condições abaixo cumpridas:

- (1) Todos os elementos da minha população apresentam uma probabilidade maior que zero para ser selecionados na amostra.
- (2) Conhecer precisamente a probabilidade para cada elemento, também chamado de probabilidade de inclusão.

O cumprimento destes dois critérios é o que torna possível obter resultados não tendenciosos quando se estuda a amostra.

3.5- TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

3.4.2.1-ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva foi uma verificação em tempo real dos dados coletados por meio de uma mineração.

Reuniu dados do trabalho para desenvolver uma estratégia de sucesso. Porém não bastou apenas manter um armazenamento gigante de informações, foi necessário a extraia um conhecimento que forneceu base para a tomada de decisões.

CAPITULO IV:

4.1-A PRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O terceiro capítulo, apresentar-se os objectivos do FDD e a descrição do objecto de estudo, procede-se com as orientações metodológicas do FDD, são ainda apresentados, papel do Conselho Consultivo Distrital de Ancuabe no processo de gestão do FDD, os critérios de selecção e aprovação dos projectos, os critérios de elegibilidade dos beneficiários e dos projectos, apresenta-se também o impacto sócio-económico do fundo ao nível do Distrito, percepções dos funcionários e dos residentes sobre o FDD ao nível do distrito, representação gráfica dos projectos e empregos criados no período em estudo, Distribuição total dos projectos ao nível de todo distrito de (2009-2013) e o resumo global dos projectos financiados por localidade.

3.1. OBJECTIVOS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DISTRITAL DE ANCUABE

Financiar acções que visam estimular o empreendedorismo, a nível local, de pessoas pobres mas economicamente activas e que não tem acesso ao crédito bancário; Financiar actividades de produção e comercialização de alimentos, criação de postos de trabalho, permanentes ou sazonais, assegurando a geração de rendimento; Financiar outras acções que visem melhorar as condições de vida, relacionadas com as actividades económicas e produtivas das comunidades.

3.2. BREVE DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO DE ANCUABE

O Distrito de Ancuabe é um distrito da província de Cabo Delgado, em Moçambique, com sede na vila de Ancuabe. Tem limite, a norte com o distrito de Meluco, a oeste com o distrito de Montepuez, a sul com o distrito de Chiúre e a este com os distritos de Metuge e Quissanga.

Segundo dados do Censo Geral Populacional de 2007, o distrito de Ancuabe possui uma superfície total de 4836 km² e uma população estimada em 164114 habitantes, (INE, 2007). Este tem como sede, a vila de Ancuabe, elevada a Conselho e o topónimo actual deriva de Nkwapa, uma zona montanhosa local, através do nome Unkwape, posteriormente aportuguesado para Ancuabe.^[3] No período colonial, Ancuabe foi um posto administrativo do concelho de Porto Amélia (actual Pemba) até Agosto de 1971, sendo então elevado à categoria de Circunscrição. Com a independência nacional esta foi elevada a Distrito.

3.2.2. DIVISÃO ADMINISTRATIVA DE ANCUABE

O distrito está dividido em três postos administrativos (Ancuabe, Metoro e Meza), compostos pelas seguintes localidades:

- Posto Administrativo de Ancuabe:
 - Ancuabe;
 - Chiote; e
 - Nacuale.
- Posto Administrativo de Metoro:
 - Metoro; e
 - Salave.
- Posto Administrativo de Meza:
 - Campine;
 - Meza;
 - Minheuene; e
 - Nanjua.

3.2.3. ESTRUTURA DO DISTRITO DE ANCUABE

O Distrito de Ancuabe funciona com base nos presidentes de localidades, autoridades comunitárias e tradicionais. Os presidentes de localidades são representantes da administração e subordinam-se ao chefe do posto administrativo, e conseqüentemente ao Administrador (a), sendo coadjuvado pelos chefes de aldeias, secretários de bairros, chefes de quarteirões e chefes de blocos (MAE, 2005:18-19). As instituições do distrito operam com base nas normas de funcionamento dos serviços da Administração Pública, aprovados pelo Decreto n° 30/2001 de 15 de Outubro, aprovado pelo 21 Conselho de Ministros.

Sendo que a governação ao nível do distrito tem privilegiado a coordenação das acções de algumas organizações não-governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a igualdade de oportunidades e direitos entre sexos em todos aspectos da vida económica e social, e a integração da mulher no mercado de trabalho, processo de geração de rendimentos e a vida escolar. Esta coordenação recorre a mecanismos de troca de informação, diálogo e concertação

da acção, evitando sobreposição de actividades e racionalizando recursos de forma a melhorar a eficácia e eficiência das acções governamentais e das iniciativas da comunidade e do sector privado. (Benzane, 2011)

Segundo os entrevistados na quela instituicao justificaram que: “(...) Administração pública é um conceito da área do direito que descreve o conjunto de agentes, serviços e órgãos instituídos pelo Estado com o objetivo de fazer gestão de certas áreas de uma sociedade, como Educação, Saúde, Cultura. Administração pública também representa o conjunto de ações que compõem a função administrativa (...)”.

A administração pública tem como objetivo trabalhar a favor do interesse público, e dos direitos e interesses dos cidadãos que administra. Na maior parte das vezes, a administração pública está organizada de forma a reduzir processos burocráticos. Também é comum existir a descentralização administrativa, no caso da administração pública indireta, que significa que alguns interessados podem participar de forma efetiva na gestão de serviços.

Ainda acrescentam:“(...) Um indivíduo que trabalha na administração pública é conhecido como gestor público, e tem uma grande responsabilidade para com a sociedade e nação, devendo fazer a gestão e administração de matérias públicas, de forma transparente e ética, em concordância com as normas legais estipuladas. Quando um agente público incorre em uma prática ilegal contra os princípios da Administração Pública, ele pode ser julgado por improbidade administrativa, conforme a lei nº 8.429 de 2 de Junho de 1992(...)”.

3.2.4. PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO (2009-2013)

O PEDD ao nível do distrito de Ancuabe assenta se essencialmente na formulação de uma visão do futuro de desenvolvimento do distrito; na definição de objectivos com base numa avaliação realista dos recursos disponíveis e, na elaboração duma estratégia para alcançar esses objectivos a médio e longo prazo.

O mesmo é operacionalizado através dos programas económicos e sociais (PES), projectos de investimentos, orçamentos anuais, investimento privado e também através de iniciativas

comunitárias. Assim, o PEDD é um instrumento orientador do sistema de planificação, que aponta para o que deve ser feito, onde, quando fazer, como fazer, e coordena os vários intervenientes, determinando as prioridades na mobilização e afectação de recursos.

Os níveis de pobreza da população do distrito de Ancuabe e a necessidade de uso racional dos recursos disponíveis de forma a promover o desenvolvimento local, aliados a nova abordagem do processo de planificação e governação em curso no País, servem de fonte de inspiração para o primeiro exercício de elaboração deste instrumento.

A participação dos diferentes actores locais, nomeadamente, o governo, as confissões religiosas, os partidos políticos, as associações produtivas, o sector privado, organizações não governamentais (ONG's) e as comunidades através dos seus conselhos locais para a sua elaboração, constituem um indicativo da aposta em mudar as condições socio-económicas do distrito em todos os aspectos, para o bem-estar das comunidades, e oferece uma certeza no aproveitamento das oportunidades e no reconhecimento da disposição das ameaças, prometendo uma consistência aos futuros planos operacionais que estão inspirados neste documento.

Neste, o chefe da secretaria Distrital comentou: "(...) Com efeito, o Fundo de desenvolvimento Distrital (FDD) surge no contexto do aprofundamento do quadro de descentralização de instrumentos de planificação e orçamentação vigentes no país. Em 2006, o Governo de Moçambique definiu que os distritos são o pólo de desenvolvimento e como base de planificação institucionalizou-se o orçamento de investimento de iniciativa local (OILL) que mais tarde passou a designar-se Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) isto em 2009, como sendo instrumento ou mecanismo de desenvolvimento das comunidades locais mediante a concessão de empréstimos reembolsáveis. Todavia o estudo constatou que o FDD melhorou os níveis de emprego e renda das comunidades do distrito, os beneficiários deste fundo conseguindo criar postos de emprego assim como dinamizar a sua renda familiar, o mesmo constata também que a participação das comunidades locais nos processos de tomada de decisão sobre a gestão do FDD é fraca ou quase inexistente, devido a fraca capacidade institucional e técnica da máquina administrativa local, incluindo o CCD e a ETD(...)".

É deste modo que o surge como uma necessidade para as pretensões do distrito, e não só, de desenvolvimento a longo prazo, constituindo-se como um vector que permite uma abordagem unidireccional através da uniformidade dos objectivos aqui patentes, e que são produto de um consenso dos principais actores nas acções de desenvolvimento do distrito. O principal objectivo deste instrumento é a integração de todos sectores de desenvolvimento social, económico e institucional de modo a se alcançar um desenvolvimento integrado, através do aproveitamento racional dos recursos que se encontra dentro do Distrito de Ancuabe.

3.3. FORMAS METODOLÓGICAS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DISTRITAL DE ANCUABE

Para uma utilização criteriosa do FDD, o Ministério das Finanças (MF) e o Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD) produziram em conjunto instrumentos de orientações metodológicas com vista a utilização deste fundo. No âmbito do seu lançamento, definiu-se que a sua execução compete aos governos distritais com vista a sua aplicação em actividades de pequeno e médio porte, de impacto imediato junto às populações locais.

Contudo o regulamento chama atenção ao estreito cumprimento das normas de gestão, supervisão e fiscalização do orçamento do estado, ao nível distrital, considerando o disposto na lei. Em Moçambique o fim último do processo de desconcentração de recursos é o combate a pobreza e promoção do desenvolvimento económico. Uma das estratégias de combate a pobreza é desenhar programas que alcancem os segmentos das populações mais pobres e mais vulneráveis (DNEAP, 2007).

Em conformidade com as orientações conjuntas do MF & MPD o fundo de desenvolvimento distrital deve ser investido em actividades de promoção de desenvolvimento económico local com impacto no quadro de combate à pobreza e em sintonia com os planos estratégicos de desenvolvimento do distrito. São prioritários os projectos de produção e comercialização agro-pecuária; pesca; piscicultura; pequena indústria; agro- indústria e pequenos sistemas de processamento; turismo rural; comércio.

Deste modo: “São elegíveis projectos comunitários propostos por associações, grupos sociais organizados e outras formas sociais de base comunitária reconhecidas pelo governo do distrito. Os fundos são aplicados para a aquisição de bens de capital a serem usados como meios para a promoção das actividades económicas das comunidades. Os fundos não são aplicados para o pagamento de salários, bolsas de estudo, reuniões, seminários, workshops, e outros custos correntes”.

Considera - se projectos de geração de emprego todas iniciativas que concorrem para a criação de empregos sazonais e/ou permanentes, postos de trabalho e elevação da renda dos indivíduos, das famílias, das associações e das pequenas empresas locais. Estes projectos devem simultaneamente estimular o empreendedorismo, geração de rendimento e criação de emprego e de postos de trabalho sustentáveis para a população local.

3.4. PAPEL DOS CONSELHOS CONSULTIVOS LOCAIS NO PROCESSO DE GESTÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DISTRITAL

Segundo deu a entender o entrevistado “(...) Os Conselhos Consultivos Locais são órgãos de consulta que representam as comunidades, e que transportam informação dos problemas das comunidades, e que por sua vez estes problemas são canalizados ao governo. Estes devem prestar contas as comunidades sobre a gestão do FDD e todo o processo desde a aprovação dos projectos no distrito de Ancuabe, incluindo as razões dessas concessões, a apresentação pública dos beneficiários e os valores a estes concedidos (...)”

Os CCL sendo a representação das comunidades detêm um papel preponderante na identificação e definição de prioridades ao nível local, são o elo de ligação entre o governo e as comunidades locais. Existe em Ancuabe uma equipa técnica distrital (ETD) que tem a função de assegurar o funcionamento normal das actividades do FDD, devendo elaborar e submeter à aprovação do Conselho Consultivo Distrital o programa anual de actividades e o respectivo orçamento; analisar, avaliar e emitir parecer sobre os pedidos de financiamento e submetendo-as à aprovação do Conselho Consultivo Distrital Ancuabe; assegurar a gestão administrativa, financeira e técnica do FDD; organizar os processos e cadastro dos beneficiários e; elaborar e submeter à

aprovação do Conselho Consultivo Distrital os relatórios de actividades e de contas, ao abrigo do nº 3 do artigo 11 do decreto 90/2009 de 15 de Dezembro de 2009.

Segundo os entrevistados, o Fundo do desenvolvimento Distrital pode vir melhorar: ”(...) O Fundo de Desenvolvimento Distrital tem em vista a materialização dos objectivos do governo orientados para o desenvolvimento do Distrito, especificamente no domínio da produção de alimentos e geração de rendimento, garantindo a criação de postos de trabalho a nível local. O mesmo é resultado do processo de descentralização na qual destina - se a captação e gestão de recursos financeiros visando impulsionar o desenvolvimento e o empreendedorismo na satisfação das necessidades básicas das comunidades locais, mediante a concessão de empréstimos reembolsáveis. O Fundo de Desenvolvimento Distrital é resultado do processo de descentralização de instrumentos de planificação e orçamentação com vista ao envolvimento das populações ao nível local e tem a cobertura da Lei nº 8/2003 e do Decreto nº 11/2005. Assim entende - se que o FDD reforça o princípio do distrito como a base do desenvolvimento, na medida em que, pretende afectar recursos para a produção de alimentos, criação de emprego e geração de renda, de forma a contribuir para o combate à pobreza no país (...).”

Neste contexto, a ETD de Ancuabe encontra-se dentro do CCD e que por sua vez esta em colaboração com alguns técnicos do sector da repartição e finanças fazem o processo de monitoria, visto que o CCD é que aprova os projectos no seu todo. No entanto, apesar das dificuldades que a ETD enfrenta desde 2009, há uma tendência positiva, na medida em que a mesma tem-se integrado melhor na gestão do FDD, elaborando controlos de empréstimo; fichas de identificação dos projectos; fichas de análise dos projectos; fichas de acompanhamento dos projectos e; fichas de resumo/ progresso de projectos, razão pela qual, os níveis dos reembolsos melhoram para 20% do valor planificado para o primeiro semestre de 2013. Para ser membro do CCD, o cidadão tem que ser residente no distrito, no bairro com a sua respectiva localidade concorrer e ser democraticamente eleito desde a sua povoação, ser aprovado pela comunidade ser idóneo.

3.5. FORMAS DE SELECÇÃO E APROVAÇÃO DOS PROJECTOS

Neste, os dados do campo permitiram constatar que não existe nenhum documento formal orientador e escrito sobre os critérios de selecção e aprovação do fundo de desenvolvimento distrital. Mas sim os critérios de selecção dos projectos tem a ver com os vectores de desenvolvimento do distrito, isto é, face a uma miragem dos projectos em consonância com os vectores de desenvolvimento, desde as localidades, postos administrativos, até ao distrito.

Mas também estão associados ao impacto do próprio projecto a nível social, no que concerne a empregabilidade de pessoas assim como redução de distâncias bem como a aproximação das comunidades. Por outro lado os critérios de selecção dos projectos estão associados aos campos de emprego que o projecto vai criar no seio das comunidades. Os projectos devem ser submetidos pelas pessoas interessadas nos fóruns locais das suas povoações, para que os membros dos fóruns, por meio de debates, seleccionem e definam os projectos prioritários anteriormente citados, em conformidade com as necessidades de cada povoação, considerando sobretudo o impacto que terão na comunidade, e com a experiencia do beneficiário.

Segundo o técnico da equipe frizou a crescenta: “ (...), Beneficia-se do fundo qualquer residente do distrito, desde que faça um requerimento dirigido administradora, tenha documentos de identificação, ter a característica de idoneidade, bom comportamento, tenha conta bancária, e NUIT, (...) ”

Anteriormente este fundo financiava os projectos em espécie, onde o proponente desenhava o projecto tendo em conta o material que precisava para a implementação do mesmo, com factura anexava ao projecto, e de seguida ia apresentar na respectiva localidade, aprovado o projecto era solicitado a levantar os produtos para implementá-los.

3.6. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS E DOS PROJECTOS

Segundo as informações estabelecidas pelos dois técnicos de associações e Micro/pequenas e médias comentaram:

“(...)O manual de procedimentos do FDD (2013) estabelece os vários critérios para indivíduos, associações e micro/pequenas e médias. Primeiro é necessário ser residente na unidade territorial

onde pretende-se implementar o projecto confirmado pelas autoridades locais. Segundo possuir nacionalidade Moçambicana, ser considerado idóneo pelas autoridades administrativas e comunitárias locais, ter idade não inferior a 18 anos, possuir NUIT(...)"

Para associações e Micro/Pequenas e Médias é necessário estar legalmente registadas e com uma estrutura de organização e gestão consolidada observável a partir do núcleo central dos membros das associações, os membros devem ser residentes na unidade territorial onde se pretende implementar o projecto e com residência confirmada pelas autoridades locais, operar no território onde se pretende implementar o projecto, ser constituídas por cidadãos nacionais, por fim possuir NUIT.

A equipe técnico distrital (ETD) e que deram as suas disponibilidades de respostas: "(...) Os projectos financiados no período de 2009 a 2013 contribuíram para o desenvolvimento sustentável do distrito de Ancuabe, pese embora deparamo-nos com vários desafios com relação à implementação do FDD no distrito de Ancuabe, desafios estes ligados ao baixo nível de reembolso por parte dos beneficiários, e por parte do Governo Distrital no que diz respeito a entrega de dinheiro incompleto aos beneficiários (...)".

Os critérios apresentados não fazem nenhuma referência a critérios específicos para mulheres e nem existe algum dispositivo por forma a garantir que sejam submetidos projectos por mulheres. Apesar de existir um reconhecimento ao nível dos órgãos distritais sobre o fraco acesso da mulher ao fundo, não existem ainda mecanismos para reverter esta situação.

3.7. IMPACTO SÓCIO-ECONÓMICO DO FDD EM ANCUABE

Ao analisar o impacto sócio-económico do FDD em Ancuabe no período de 2010-2013, as variáveis há analisar são o volume de financiamento concedido, o grau de avaliação dos financiamentos relativamente ao que estava planificado, a gestão do fundo em ambos sexos, e o nível de emprego criado.

Para os entrevistados acabaram esclarecendo que: "(...) Flexibilizar a gestão orçamental e facilitar os mecanismos de transferências dos recursos do Estado para o benefício das comunidades; ii. Conferir maior dinâmica económica e financeira a nível local através do estabelecimento de mecanismos flexíveis, apropriados e legalmente enquadrados; e iii. Criar um Fundo vocacionado à promoção de actividades económicas através da captação, disponibilização e recuperação de recursos. Para operacionalização e aplicação efectiva do FDD foi produzido o presente Manual de Procedimentos com os seguintes objectivos: i. Fornecer às entidades gestoras e aos beneficiários do FDD um guião de gestão do Fundo e de todas as actividades relacionadas; ii. Garantir a observância dos preceitos de economia em termos de eficácia e eficiência na utilização dos recursos públicos; e iii. Estabelecer o alinhamento dos projectos com os instrumentos de planificação estratégica a nível dos distritos.

Os projectos elegíveis estão estritamente ligados ao desenvolvimento económico local com impacto no quadro do combate à pobreza e em sintonia com os Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Distrito e estão propostos por indivíduos, associações, grupos sociais organizados e outras formas sociais de base comunitária reconhecidas pelo Governo do Distrito em estreita colaboração com as autoridades comunitárias locais (...)"

Neste, foi o encontro com o chefe da RRH-Secretária Distrital de Ancuabe e que disse; "(...)A questão esta relacionada ao Planeamento na esfera pública, concomitantemente associadas às áreas social e económica, que exercem interação com a sustentabilidade ambiental e permitem que no âmbito da Administração Pública sejam desenvolvidas acções que proporcionem o aprimoramento almejado: o bem estar colectivo (...)"

Durante o período em análise constatou-se que há variação nas despesas do valor do financiamento do FDD, bem como no reembolso, e nos postos de emprego criados, nota-se que os homens são os mais beneficiados no total de 236, em detrimento das mulheres que são 132, totalizando fica 368 beneficiados, (eis abaixo representado na tabela):

Tabela nº1: Impacto sócio-económico do FDD em Ancuabe (2009-2013)

Ano	Valor Financiado	Reembolsado		% Realização	% Evolução	Beneficiarios			Postos de Emprego
		Plano	2013			H	M	HM	
2009	7,263,900	1,815,975.00	130,100.00	11.96%	710.29%	56	28	84	225
2010	8,071,603.79	2,017,900,95	169,530.00	6.73%	412.33	61	36	97	236
2011	8,042,000.00	2,010,500.00	272,425.54	3.99%	208.44%	52	32	84	161
2012	8,042,350.38	2,010,587.50	76,715.00	4.44%	465.76%	52	20	72	235
2013	2,389,598.38	597,399.50	27,013.00	5.70%	517.89%	15	16	31	101
TOTAL	33,809,452.17	8,452,363.05	675,783.54	6.06%	604.02%	236	132	368	958

Fonte: Administração do Distrito de Ancuabe

A este respeito o Senhor António Nselo residente do distrito de Ancuabe no bairro de Nhtuto, beneficiário do FDD, narrou acerca do seu projecto de aluguer de materiais de construção (chapas de Zinco, blocos de cimento, Portas de madeira feita pela sua carpintaria, e madeiras) onde para sua implementação recebeu 205,000.00 mil Mts (duzentos cinco mil meticais), com o mesmo conseguiu criar dois empregos, agora já durmo numa casa melhorada, consigo pagar minha Universidade Católica de Moçambique (UCM), pela Delegação de Pemba e os meus filhos a frequentar na univesidade pedagógica de Montepuez, proporciono uma vida melhor para os meus filhos.

“ (...) ”Por outro lado, os mutuários sustentam que melhoraram de vida depois de se beneficiarem, que algumas pessoas foram empregues como resultado da implementação do FDD ao nível do distrito, apesar dos mesmos estarem a enfrentar roubos, má gestão por parte da pessoa empregada, fraca procura por parte dos clientes, falta de sigilo profissional por parte dos gestores do fundo, que muita das vezes culmina com o fraco reembolso nos prazos assumidos no termo de compromisso “ (...) ”.

3.8. PERCEPÇÕES DOS FUNCIONÁRIOS E DOS RESIDENTES SOBRE O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DISTRITAL AO NÍVEL DO DISTRITO DE ANCUABE

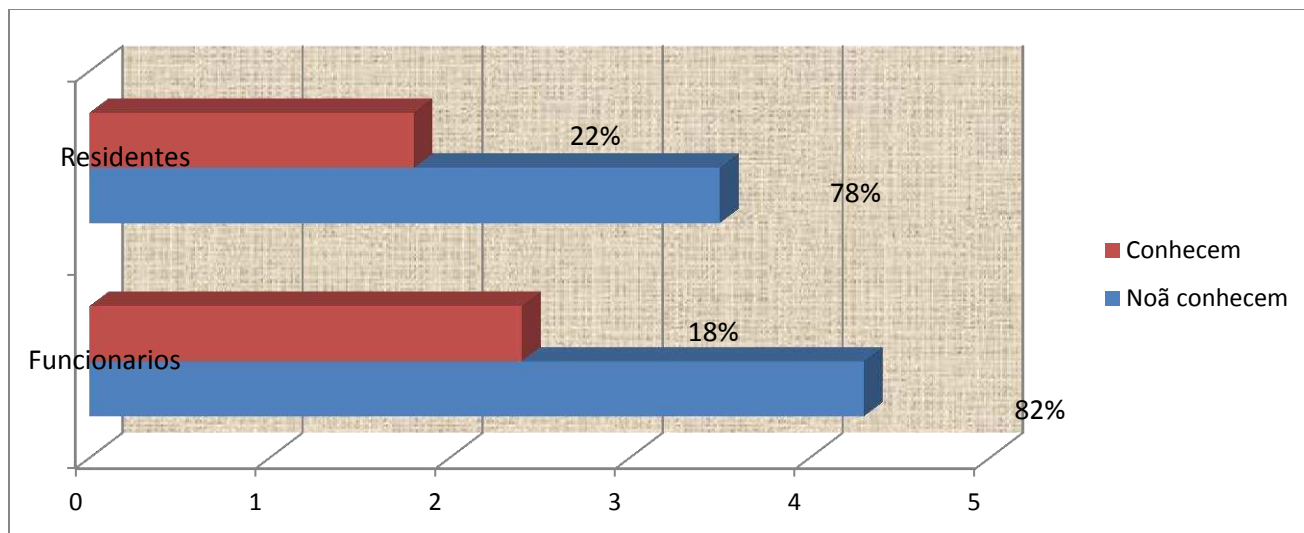
Segundo o contexto frizado pelos os residentes entrevistados, assim como os funcionários do distrito de Ancuabe constatou- se que metade dos nossos entrevistados alguns sabem outros não sabem da existência do fundo apenas ouviram falar, nem se quer sabem como adquirir, nem como se podem beneficiar.

Um jovem residente de nome Saunito Ambrósio comentou: “(...)”Nunca ouvi falar acerca do FDD, nem sei para que serve, nem como adquiri-lo, portanto talvez se beneficie nós todos daqui do distrito, mas também nunca ouvi quem já se beneficiou, por isso nunca concorri, mas se tivesse concorrido provavelmente investiria num projecto de prestação de serviço de papelaria, em fim a falta de conhecimento acerca do fundo torna me difícil dizer se o meu distrito esta desenvolver ou não (...)

.O mesmo sucede-se com António Muarivai “ (...) ”Já ouvi falar, serve para ajudar as pessoas, não sei como se pode adquirir, mas ouvi falar que as pessoas da que do distrito podem obter, se fosse para concorrer investiria numa Mercearia para aumentar o meu negócio e sair dessa banca aqui no mercado (...) A este posicionamento sucede-se com” (...) ”

E para os senhores Maria Ali, Nogueira Matambo, ambos compartilham da ideia de que já ouviram falar do FDD, restando-lhes dúvidas entorno dos seus objectivos, como são adquiridos, os mesmos avançam que este fundo beneficia-se todo residente e natural do distrito, a senhora Maria Ali é da opinião de que se tivesse concorrido investiria num projecto de agricultura pelas potencialidades que o distrito oferece, embora nunca pensei em concorrer, no que concerne ao desenvolvimento do distrito esta concorda que o FDD, esta surtir efeito através do incremento dos níveis de emprego que o mesmo cria, e para o senhor Nogueira este excusou- se em avançar com comentários, alegando que não tem informação exacta do assunto em causa.

Gráfico 1: Percepções dos funcionários e dos residentes em torno do FDD



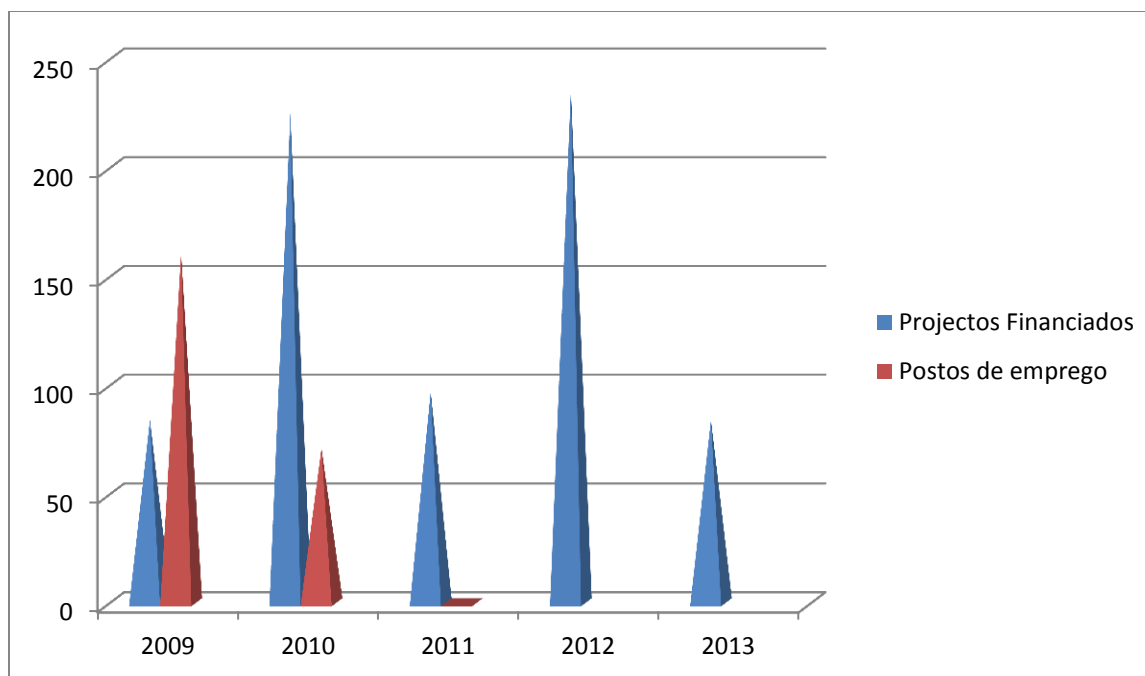
Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2020)

Este gráfico espelha melhor o que acabou de se dizer, se não vejamos: a amostra relativa dos residentes dos que não conhecem o FDD é de 82%, e os que conhecem é de 18% ao nível dos entrevistados do distrito, relativamente aos funcionários amostra constatou que 78% não conhecem o FDD, mas uma parte desses conhecem numa percentagem de 22%. O conteúdo da informação apresentada neste gráfico ilustra por um lado a fraca divulgação do FDD, onde os diversos funcionários entrevistados dentro dos diversos Serviços Distritais, não sabem o que exactamente é o FDD, os seus objectivos, assim como os residentes respectivamente.

3.9. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS PROJECTOS E EMPREGOS CRIADOS NO PERÍODO 2009- 2013

Em Ancuabe durante o período em análise vários projectos foram financiados pelo FDD, assim como criou postos de emprego como se pode ver o gráfico a seguir.

Gráfico 2: Representação dos projectos e empregos criados



Fonte: Administração do Distrito de Ancuabe e Direcção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural

Com base nos dados apresentados na figura 1, nota – se que apesar da queda verificada em 2012 e 2013, o FDD criou mais postos de emprego nos dois primeiros anos do período analisado, perfazendo um total de 622 postos de emprego criados durante os quatro anos. Durante o mesmo período o FDD financiou cerca de 336 projectos, o que revela que o FDD contribui para a criação de emprego e renda neste distrito.

3.9.1. DISTRIBUIÇÃO TOTAL DOS PROJECTOS 2009-2013

Ao nível do distrito de Ancuabe o FDD financiou vários projectos durante o período analisado. Dados a disposição demonstram que entre os projectos mais financiados neste contexto figura os agrícolas, seguido da pecuária e comércio. Durante o mesmo período o número de projectos financiados cresceu bastante em 2012.

Os sectores de agricultura, pecuária, comércio, são exemplo de crescimento quase em todos anos, enquanto que os restantes sectores observa-se uma redução baixa, por outras palavras a concessão dos empréstimos para a implementação dum projecto, deve-se aos vectores de desenvolvimento do distrito, por outro lado para além do comércio e da pecuária a agricultura

registra maior crescimento devido as potencialidades climatéricas que o distrito apresenta para sua pratica, visto o distrito apresenta uma terra arável para a prática desta actividade.

Tabela nº2:Resumo global de projectos financiados por sectores por localidade

Resumo Global							
Nº	Localidade	Agricultura	Pecuaria	Comercio	Serviços	Outros	Total
01	Ancuabe-sede	12	1	22	2	1	38
02	Chiote	7	15	13	1	2	38
03	Nacuale	15	1	11	3	0	30
04	Metoro	30	0	27	5	0	62
05	Salaue	24	0	21	2	2	49
06	Campine	45	1	18	1	0	65
07	Meza	30	2	28	2	2	64
08	Minheuene	24	1	14	1	1	41
09	Nanjua	42	0	17	2	1	62
TOTAL		229	21	171	19	9	449

Fonte:Direcção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural

Neste contexto os dados apurados nos que refere a articulação entre o FDD e os planos estratégicos de desenvolvimento distrital em Ancuabe, verificamos que não existe interacção entre os mesmos, uma vez que os entrevistados mostraram pouco conhecimento sobre a articulação entre o FDD e outros instrumentos de planificação e desenvolvimento local.

“(…)Não conheço a articulação entre o FDD e os instrumentos de planificação descentralizada a nível do distrito, uma vez que o mesmo apresenta algumas dificuldades no processo da sua gestão, os seus resultados ainda não são visíveis, os reembolsos ainda são fracos, mas estamos a trabalhar no sentido de melhorarmos (…)”

Portanto a teoria preconiza a análise da articulação entre diferentes actores e intervenientes na prossecução dos objectivos da organização. Os agentes envolvidos no processo de tomada de decisão ao nível da organização devem interagir de acordo com as regras existentes dentro da organização, isto é considera de um lado a sociedade como uma estrutura complexa de grupos ou

indivíduos, reunidos num trama de acções e reacções sociais; de outro lado como um sistema de instituições correlacionadas entre si, agindo e reagindo umas em relação as outras.

Há que sustentar também que a pouca interacção entre os serviços distritais no âmbito do processo de governação e desenvolvimento local e pouco tem-se visto em termos de articulação entre o FDD e os planos de desenvolvimento distrital, aliás para demonstrar isso, nota-se que o plano estratégico de desenvolvimento distrital foi elaborado em 2009, mas até hoje não foi aprovado, tratando-se ainda de um Draft.

CAPITULO V:

5.1-CONCLUSAO

No presente capítulo, vamos trazer a conclusão dos resultados obtidos e apresentar algumas sugestões que podem servir para a melhoria dos serviços ligados a este FDD, sobretudo na Secretária Distrital de Ancuabe. Ela constitui também a síntese da solução do problema levantado na introdução. Na parte das recomendações, temos sete recomendações (em sete alíneas), que estão na linha das três conclusões. Depois destas três recomendações, é apresentada uma recomendação geral, tipo sugestão, uma recomendação que é fruto da solução ao problema levantado.

Analisados os dados em torno da abordagem sobre o contributo do FDD no desenvolvimento sustentável local no distrito de Ancuabe, e perseguindo os três objectivos específicos, conclui-se que;

- a) Em suma, foi possível identificar as especificidades dos projectos dos 10 inqueridos, em que notamos uma diversa variedade de projectos, que dá a entender que a população de Ancuabe é dinâmica e criativa de modo em apostarem em diversos campos de negócio com vista a aproveitar as potencialidades e recursos que o próprio distrito possui.
- b) Em relação ao nível de reembolso do valor alocado no distrito de Ancuabe, não é concretamente satisfatório, ou seja, o nível de reembolso é baixo, e isto de certa forma pode perigar o processo e o desenvolvimento do FDD no distrito de Ancuabe, comprometendo assim o crescimento e o desenvolvimento do distrito.
- c) Enfim, quanto aos benefícios trazidos pelo FDD, os que foram referidos no capítulo anterior, são consideravelmente satisfatórios, e numa visão geral ou mais ampla, os benefícios trazidos pelo FDD constituem ao mesmo tempo indicadores de desenvolvimento. Com relação aos objectivos, foram alcançados de forma satisfatória na medida em que conseguimos provar e compreender o FDD como impulsionador do desenvolvimento local, visto que no período em questão conseguimos constatar inúmeros benefícios que constituem em sentido geral indicadores de desenvolvimento (produção de comida, geração de emprego e renda, educação, e outros benefícios citados no capítulo anterior), contudo, apesar dos desafios encontrados, pode-se afirmar que o FDD contribui no desenvolvimento do distrito de Ancuabe no período de 2009 a 2013.

CAPITULO VI:

6.1--RECOMENDAÇÕES

- ✓ Deve-se fazer boa conduta prática e não somente nas intenções redigidas que proporcionam o avanço e desenvolvimento não somente social e econômico, mas que refletem indiretamente em todo o contexto da convivência entre os cidadãos e seus governantes;
- ✓ Precisa-se de previstos, a sucessão de fracassos visíveis nas entidades públicas é reflexo, também, da falta de interação e interesse do cidadão quanto aos seus direitos e deveres, deixando-se alienar por favores menores quando de fato deveriam exigir, cobrar e punir os maus gestores;
- ✓ Precisa-se, criar medidas paliativas, em tempos mais críticos que acalmam os desaânimos e voltarem gradativamente à rotina de ociosidade sem as devidas interferências, planejamento e traçado de estratégias para a desenvolver as regiões sob suas jurisdições.
- ✓ É importante que haja uma divulgação da informação e capacitação dos grupos, isto é, divulgar informação relevante sobre os procedimentos e critérios de acesso ao FDD junto das comunidades tendo em conta os diferentes grupos-alvo (mulheres, homens);
- ✓ É importante também desenvolver um quadro de capacitação e partilha de informação com os Conselhos consultivos, funcionários, tornando desse modo estes órgãos de meios de partilha e divulgação de informação nas comunidades;
- ✓ Clarificação dos critérios de definição dos projectos, isto é, advogar os governos distritais para uma definição clara dos critérios de geração de emprego, geração de renda;
- ✓ Deve haver um mecanismo de proibição de pedidos do fundo por parte dos funcionários do distrito, cenário este tem acontecido em Ancuabe, e o mesmo choca com os princípios orientadores do fundo.

CAPITULO VII:

7.1-REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

1. Livros e Artigos

- BENZANE, Luís Raimundo (2011). Análise da Participação da comunidade Local no processo de Selecção dos Beneficiários do Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD): O Caso do Distrito de Marracuene, Trabalho do fim do curso, Licenciatura em Administração Pública, Universidade Eduardo Mondlane.
- CANHANGA, Nobre de Jesus Varela (2007). “ Os desafios da Descentralização e dinâmicas de planificação participativa, na configuração das agendas políticas locais” In, Conferência Inaugural do IESE, n°01, Maputo. Desafios para a Investigação Social e Económica em Moçambique. Conference paper n° 06, 19 de Setembro.
- CANHANGA, Nobre de Jesus Varela (2009) Descentralização fiscal, transferências intergovernamentais e dinâmicas da pobreza nas autarquias locais. In, II Conferência do IESE, —Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique, Maputo. CIP, —O Distrito como Pólo de Desenvolvimento”: um olhar da sociedade civil, Monitoria do Orçamento e Rastreio da Despesa Publica de 2011.
- CAROTHERS, Thomas, BERMAN, Sheri (2007). How Democracies Emerge: The Sequence fallacy, Journal of democracy.
- DINIZ, Francisco (2006). Introdução ao Crescimento e Desenvolvimento Economico: modelos e agentes do processo. Lisboa. Edições Silabo, Lda.
- DE Oliveira (2011). Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em administração. Catalão: UFG.
- DE CARVALHO FILHO, Manoel Vital (1999). Assessoria ao Processo de Desenvolvimento Local: Versão Preliminar. Rio Grande do Norte.
- DNEAP (2007:1). Direcção Nacional de Estudos e Análises Políticas. Maputo.
- FARIA & CHICHAVA (1999:5). Descentralização e Cooperação Descentralizada em Moçambique. Maputo

Apêndices

O presente guião de questionários teve como finalidade recolher dados para a elaboração de uma monografia científica que tem como tema: **Administração Pública Como Facilitadora do Desenvolvimento Social e Económico na Vila de Ancuabe: Caso do Fundo de Investimento de Iniciativa Local (2009-2013)**.

Assim, a sua contribuição e colaboração foram importantes para o sucesso da pesquisa, e por isso, foi a favor na resposta com a sinceridade.

O Pesquisador: Alfredo Cardoso

I. Questões:

- 1- O que entende por Administração Pública?
- 2- Como é feito, o Facilitadora do Desenvolvimento Social e Económico na Vila de Ancuabe?
- 3- Em que medida os níveis de participação da comunidade local nos processos de tomada de decisão sobre a gestão do FDD, pode reforçar a capacidade dos órgãos locais do Estado?
- 4- Que desafios são empreendidos pelo o Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) na criação de emprego e a renda, no distrito de Ancuabe?
- 5- Qual é o principal impacto de implementação do FDD ao nível do distrito de Ancuabe?
- 6- Que critérios adoptados para atribuição do FDD?
- 7- Sugestões.

II. Questões

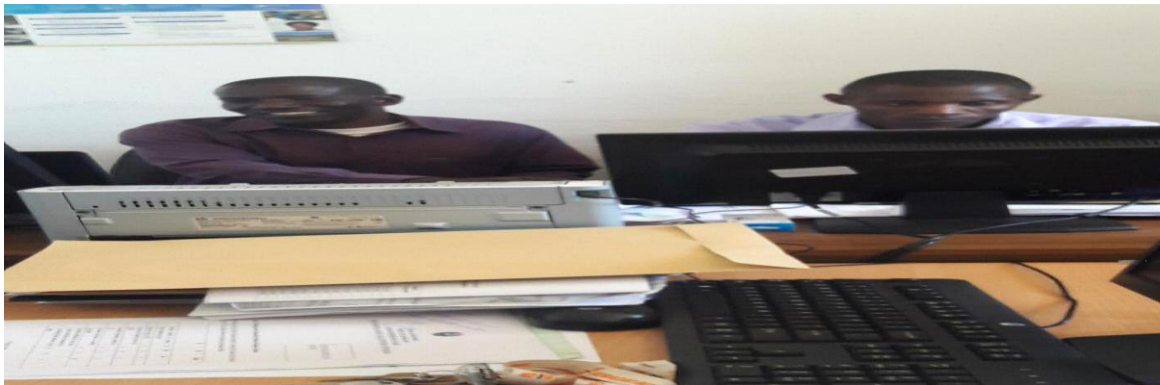
- 1- Até que ponto o Fundo de Desenvolvimento Distrital pode melhorar os níveis de emprego e renda nas comunidades locais do Distrito de Ancuabe?
- 2- Quais são os objectivos que devem ser materializados para não comprometer os recursos para os fins por qual foram criados?
- 3- Como Fundo de Desenvolvimento Distrital faz parte do processo de transferências intergovernamentais que suscita um debate teórico?
- 4- Qual é o principal impacto sócio- económico do FDD ao nível do Distrito?
- 5- Que medidas devem ser aplicadas o FDD pra aumentar as condições de vida das comunidades, assim como também criar o emprego e dinamizar a renda?
- 6- Sugestões.

Obrigado pela colaboração!

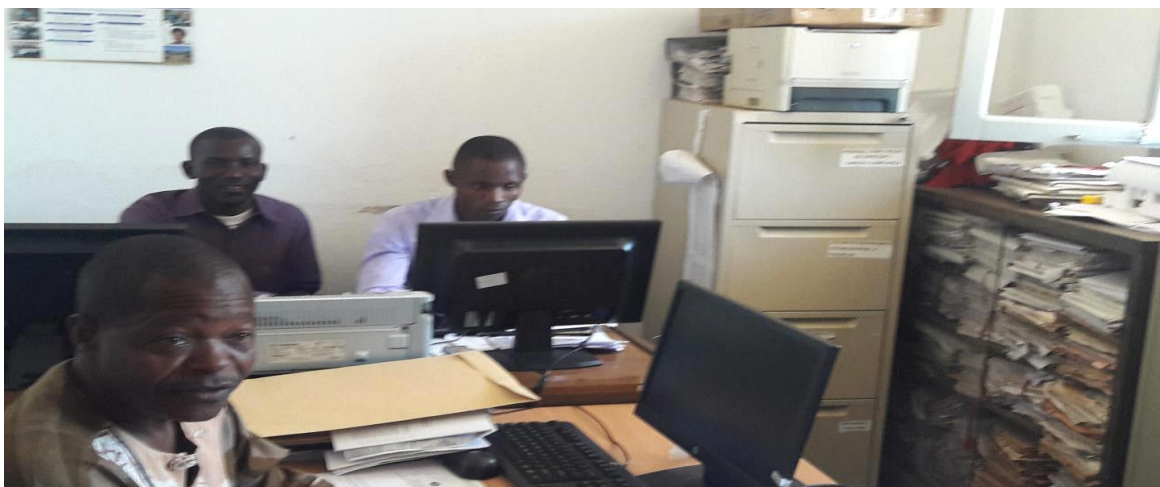
ANEXOS



Fonte: Equipe da RRH/RAP



Fonte: Funcionários da RRH



Fonte: Técnicos e Estagiários da RRH



Fonte: Equipamento da RRH



Fonte: Técnico e entrevistador na RALFP



Fonte: Funcionário e entrevistador na Repartição da contabilidade.